

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Políticas públicas de educación ambiental (EA)
y gestión del medio ambiente en brasil

Marcos Sorrentino^(*)
Ana Clara Nery da Silva^(**)

Resumo

O presente artigo traz contribuições para pensarmos os caminhos que a educação ambiental (EA) e suas políticas públicas (PP) devem seguir no momento presente, incluindo a valorização da espiritualidade laica e da potência de ação na construção da felicidade. Considera que a efetividade de PP comprometidas com o ideário ambientalista requer saber a urgência do momento histórico e definir a direção da caminhada, sugerindo-se a promoção de “uma nova cultura da Terra, terra e território” e que detenham a degradação e construam mudanças para a sustentabilidade socioambiental, pautadas no cotidiano das pessoas, entre elas e com o ambiente.

Palavras-chave: Educação ambiental. Políticas públicas. Espiritualidade laica. Potência de ação. Cultura da Terra, terra e território.

Resumen

Este artículo aporta contribuciones para reflexionar sobre los caminos que la educación ambiental (EA) y sus políticas públicas (PP) deben seguir en el momento presente, incluida la valoración de la espiritualidad secular y el poder de acción en la construcción de la felicidad. Considera que la efectividad de las PP comprometidas con la idea ambientalista requiere conocer la urgencia del momento histórico y definir la dirección de la caminata, sugiriendo la promoción de "una nueva cultura de la Tierra, tierra y territorio" y que detienen la degradación y crean cambios para la sostenibilidad social y ambiental, basados en la vida cotidiana de las personas, entre ellas y con el medio ambiente.

Palabras clave: Educación ambiental. Políticas públicas. Espiritualidad secular. Poder de acción. Cultura de la Tierra, tierra y territorio.

INTRODUÇÃO

Saber cuidar exige definir para qual direção se quer caminhar

[...] Já não tenho tempo para lidar com mediocridades. Não quero estar em reuniões onde desfilam egos inflamados. Inquieto-me com invejosos tentando destruir quem eles admiram, cobiçando seus lugares, talentos e sorte. Já não tenho tempo para conversas intermináveis, para discutir assuntos inúteis sobre vidas alheias que nem fazem parte da minha. Já não tenho tempo para administrar melindres de pessoas, que apesar da idade cronológica, são imaturas. Detesto fazer acareação de desafetos que brigaram pelo

^(*)Professor sênior e coordenador da Oca - Laboratório Oca de Educação e Política Ambiental vinculado ao Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP. **Email: macsor@usp.br**

^(**)Doutoranda em Ecologia Aplicada pela ESALQ/USP, professora da educação básica e integrante do Laboratório Oca de Educação e Política Ambiental vinculado ao Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP. **Email: anaclaranery@usp.br.**

majestoso cargo de secretário geral do coral. As pessoas não debatem conteúdos, apenas os rótulos. Meu tempo tornou-se escasso para debater rótulos, quero a essência, minha alma tem pressa. (...). O essencial faz a vida valer a pena. E para mim, basta o essencial!

(Mário de Andrade - O valioso tempo dos maduros)

A urgência do momento histórico que vive a humanidade no Planeta Terra exige de cada um, antes de tudo, se perguntar, “quem sou”, “o que faço aqui”, “para onde quero caminhar” e tantas outras indagações que possam conectar cada pessoa com suas buscas de sentidos existenciais e com a compreensão do acolhimento¹ que teve, tem e pode ter nos distintos territórios que habita neste “pequeno e ainda belo Planeta” (FORUM DAS ONGS, 1992), no tempo, cada vez mais escasso, que as almas reivindicam para dialogar sobre o essencial.

A abertura e a disposição para o **diálogo** Eu-Tu, conforme sobre ele escreveu Martin Buber (2001), pode auxiliar neste perguntar e nos aprendizados da busca; o diálogo no qual se coloca em suspensão os próprios pressupostos ao ouvir o Outro - pessoa, animal, vegetal, ventos, águas, o próprio eu ou outros seres, reais ou imaginários, sagrados ou profanos. Abrir-se para ouvir o que pensam, sentem, fazem e falar o que se quer, intui, deseja e pode materializar.

Realizar análise de **conjuntura**, não como disputa para convencer/converter o outro para a sua forma de ver o mundo e seus acontecimentos, mas como exercício de elucidação das próprias ideias, por meio do diálogo/conhecimento de interpretações diversas da realidade e suas condicionantes históricas, culturais, ambientais, econômicas, psicológicas e tantas outras.

Por quais motivos uma pessoa se torna “moradora de rua”? Consumidora de “drogas pesadas”? Gananciosa acumuladora de bens materiais, ávida por se tornar mais e mais rica, ao ponto de ignorar as necessidades do outro ao seu lado?

Por quais motivos muitas pessoas são indiferentes aos sofrimentos de outros humanos e de outros seres vivos ou indiferentes ao aquecimento global, à erosão da biodiversidade, à extinção de povos nativos ou de suas línguas e culturas?

¹ O conceito a que nos referimos aqui é uma alusão à proposta de Hannah Arendt sobre o papel destinado aos adultos em acolherem as crianças recém-chegadas a este mundo. Os mais jovens devem ser acolhidos e recebidos a este mundo pelos que aqui habitam a mais tempo, ensinando-lhes sobre como o mundo é e estimulando-os a renovarem-no nas próximas gerações a partir de suas próprias singularidades (ARENDDT, 1990).

Por quais motivos alguns limpam suas casas, mas sujam as ruas e os espaços públicos e não se colocam o questionamento sobre o bem comum? Por quais motivos as pessoas não compreendem que viver em sociedade é pactuar o possível e não trapacear os pactos para tirar vantagens pessoais ou grupais?

Seria possível reverter o panorama de degradação socioambiental atual por meio da educação? Se não for por meio dela, comprometida com mudanças culturais e de valores, qual(is) seria(m) outro(s) caminho(s)? A revolução? Qual? Promovida por utopias religiosas? Ou utopias políticas? Ou científicas e tecnológicas?

Roger Garaudy (1981), em seu “Apelo aos Vivos”, escreveu sobre o poder das **utopias** ao longo da história da humanidade – teriam elas (a religião, a ciência e a política), hoje a força desse chamamento para multidões se unirem, reivindicarem e construir uma nova ordem planetária? Novas formas de organização, de produção e de consumo pautadas por novas formas de ser e estar, da humanidade e de cada humano, no Planeta?

É possível construir algum acordo entre os humanos que habitam hoje o Planeta, para que todos possam se unir para construir algo melhor? É possível construir **pactos** de atuação compartilhada, do local ao global? Como fazer isso?

Francisco, o Papa, enunciou o seu chamamento por **terra, teto e trabalho para todos** (ILO, 2019), explicitando o que estava na cabeça de muitas pessoas - se todos tiverem o mínimo para sobreviver, cada um pode buscar os seus caminhos de realização pessoal. Hannah Arendt (2007), em “A Condição Humana”, escreve que para além da sobrevivência muitas pessoas buscam a eternidade ou a imortalidade. “A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte (...)” como canta o conjunto musical Titãs. Já Montesquieu, em “Espírito das Leis” (1973), escreveu sobre o viver simplesmente, frugalmente, como a fundamentação filosófica para as leis nas sociedades democráticas e populares. Simplesmente viver o dia-a-dia, como uma utopia que vem após todas as utopias, como o “bem viver” de povos tradicionais da América Latina (ACOSTA, 2016).

O filósofo ateu e matemático Bertrand Russel escreveu, em “A conquista da felicidade” (2017), sobre a necessidade de dialogar consigo próprio, com seus **propósitos** existenciais para ser timoneiro da própria vida. Outros autores, artistas, intelectuais, religiosos, cientistas e políticos expressaram seus **questionamentos** sobre o peso determinante **das necessidades materiais simbólicas** e provocam a busca por algo mais profundo, que substitua o consumismo desmesurado (LIPOVETSKY, 2007) como

sinônimo de felicidade. Suas reflexões podem e devemos fazer pensar sobre o papel da **espiritualidade** na condução de nossas vidas materiais.

Não há uma mesma concepção sobre o que seja essa tal espiritualidade ou sobre os caminhos para colocá-la no centro de nossas existências, mas pode-se dizer que sinalizam para uma concepção de espiritualidade laica (NEPOMUCENO, 2015), compartilhada por religiosos de todas as filiações, ateus e agnósticos, comprometida com o cuidar da vida e do bem comum, de todos os humanos do presente, do passado e do futuro, numa solidariedade sincrônica e diacrônica estendida também aos demais seres e sistemas naturais com os quais se tem o usufruto do Planeta.

O Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ/USP tem enunciado cinco conceitos que podem direcionar a formulação e realização de objetivos e ações para iniciativas de educação ambiental (EA) voltadas ao questionamento das necessidades materiais simbólicas e às pactuações que permitam a materialização de utopias compartilhadas – diálogo, identidade, comunidade, potência de agir e felicidade (ALVES et al., 2010).

O autor Zigmunt Bauman em “Identidade” (BAUMAN, 2005) e “Comunidade” (BAUMAN, 2003), permite a interpretação sobre a importância do autoconhecimento, do diálogo consigo próprio e com o outro, descobrindo-se pertencente a distintos territórios e comunidades de trabalho, de vida e de destino. E neste processo de desvelamento e desvendamento (TASSARA; ARDANS, 2005) revela-se a importância de compreender as demandas comuns e transformar os encontros em bons momentos de potencialização do agir (ESPINOSA, 2007).

Potência de ação na construção da felicidade individual e coletiva. Potência para conter o *tsunami* da degradação socioambiental. Potência para inverter o sinal de um desenvolvimento materialista e concentrador de riquezas para uns e iniquidades para muitos. Potência para construir uma nova forma de organização dos humanos no Planeta, que coloque fim à exploração e violências de todos os tipos. Potência para o acesso a: terra, teto e trabalho; saúde, educação e natureza; comunicação, participação e espiritualidade (SORRENTINO, 2019), dentre tantas outras demandas que possam ser definidas localmente a partir do diálogo inclusivo entre e com todas as pessoas e seres que não trazem ou são impedidos de trazer suas vozes para as arenas públicas.

O PAPEL DA EA COMO POLÍTICAS PÚBLICAS OU COMO ELA PODE E DEVE ATUAR PARA NÃO SER APENAS DECORATIVA E INSÍPIDA

Se a EA quer caminhar na direção da inclusão radical de todas as vozes, na pactuação coletiva da caminhada, sem inocentemente ignorar a existência de interesses de classes, entre outros, que estão e/ou estarão em disputa nos processos dialógicos, é preciso dar visibilidade às formas de acesso às informações, instâncias e modalidades de diálogo e de tomada de decisão, às responsabilidades pela implantação do decidido e às estratégias de monitoramento e avaliação.

Primeiramente, deve colocar a necessidade dessa definição sobre para onde e como se quer caminhar. Incentivar e apoiar as pessoas a realizarem análises de conjuntura dialógicas, nas quais também enunciem seus sonhos/utopias e se reconheçam em suas especificidades e como comunidade, potencializando-se para pactuar e agir na conquista do planejado coletivamente.

Caso a direção definida seja a do questionamento das necessidades materiais simbólicas, do diálogo e da participação, então serão necessárias medidas que vão da filosofia (por exemplo, pelo constante diálogo sobre a direção da caminhada) à pedagogia, passando pelo campo das políticas públicas (ANDRADE et al., 2014) e pelo desenvolvimento de pesquisa e tecnologias apropriadas para a resolução de problemas específicos.

Se a direção da caminhada for ao sentido prescritivo e dos argumentos técnicos de autoridade, deve-se preparar materiais para treinamentos sobre, por exemplo, as tecnologias verdes, propaganda de massa, prêmios e punições para quem acertar ou errar.

Para a EA promover mudanças culturais substantivas é necessário conseguir incidir na escala micro, o que já é um grande desafio, pois o aprimoramento do como fazer processos educadores significativos para os distintos grupos sociais exige aprofundamento no pedagógico e nas políticas que permitam “dar fôlego”, “adquirir musculatura”, para as propostas chegarem a toda a base da sociedade.

Não se pode esquecer que o Brasil, ao final da segunda década do século XXI, tem aproximadamente 210 milhões de habitantes e fazer políticas de EA com toda a sociedade exige que elas sejam permanentes e continuadas. Exige-se a articulação de todos os atores sociais que possam contribuir neste sentido. Tomando-se como exemplo a EA por meio das escolas, segundo o censo de 2018, disponível no portal do INEP, mais de 25% da população brasileira, frequentam mais de 180 mil escolas, distribuídas

em todo o território nacional. Uma política republicana precisa chegar a todos. Como? Certamente não serão apenas aulas conteudistas de moral e cívica ou de EA, ou ainda programas informativos nos meios de comunicação de massa que darão conta do desafio de mudanças comportamentais, culturais e de valores que a problemática exige.

Nunca se escreveu, informou e falou tanto sobre a importância do meio ambiente como nos dias atuais. No entanto, nunca se degradou de forma tão acelerada e com a imensa magnitude que se presencia nas últimas décadas (SOMMER, 1979). Informar não é suficiente! É preciso educar para mudanças culturais. Mudanças que propiciem transições educadoras na direção de sociedades sustentáveis.

É preciso encontrar formas adequadas de ensinagem - ensino/aprendizagem (ANASTASIOU, 2004), mas também é necessário dar escala para os processos educadores comprometidos com mudanças culturais, econômicas, sociais, ambientais, comportamentais, cognitivas e afetivas.

Aqui é necessário o diálogo sobre o papel das políticas públicas (PP), como são produzidas e implantadas, como são desmanteladas e os caminhos para superação de compreensões estadocêntricas centralizadoras exclusivistas e de propostas anarquistas adolescentes. Para as primeiras há uma extrema dependência do estado como formulador, implantador e avalista das PP. Para os anarcocapitalistas e mesmo para alguns anarcosocialistas, há uma rejeição absoluta, ingênua ou mal-intencionada, ao papel do Estado nas PP.

As políticas públicas de EA precisam apontar para onde querem caminhar. Querem estar comprometidas com o empoderamento da sociedade, para que ela se apodere dos desafios relacionados à construção de uma nova cultura humana na Terra? Ou desejam ser um eterno denunciar e analisar o atual estado de degradação socioambiental? Ou ainda, pretendem permanecer promovendo soluções pontuais e fragmentadas, para “pintar” de verde e falsa esperança a realidade a ser propagandeada pela mídia?

Caso a resposta positiva seja para a primeira indagação do parágrafo anterior, é necessário que este desafio tenha centralidade nos pensamentos e ações de seus promotores, para em seguida pactuar-se os caminhos para isto ocorrer.

As opções emergem em situações do cotidiano². Mas emergem também nas definições que se colocam para os gestores de políticas públicas. Quais itens priorizar no orçamento? Como destinar os tempos dos servidores públicos? Como construir as políticas com a sociedade e não apenas para a sociedade?

Pode-se dizer então que os dois primeiros passos a serem dados para a efetividade das políticas públicas de EA (ou para as políticas públicas de educação comprometidas com o ideário ambientalista e com a gestão ambiental) são: saber a urgência do momento histórico que se vivencia no Planeta Terra, no Brasil e em cada território; e definir-se em relação à direção da caminhada.

Como sugestão para a enunciação e definição de horizontes utópicos a serem perseguidos fica a proposta de se estudar e dialogar sobre os caminhos que levem em direção ao “bem viver, que nas línguas dos povos originários soa como Sumak Kawsay (quíchua), Suma Qamaña (aimará), Tekó Porã (guarani)” (IHU, 2010). Caminhos que levem à felicidade e ao bem comum (ALVES; SORRENTINO, 2013a e b), a um ser humano integral que se humaniza ao caminhar com perspectiva educadora (FREIRE, 2015), humanizando-se a partir de sua essência radical - húmus, terra, o que permite enunciar o mote dos Ecologistas em Ação, da Espanha “Por Uma Nova Cultura da Terra”, complementando-o com a busca também de uma nova cultura da terra e do território (SORRENTINO, 2019).

POR UMA NOVA CULTURA DA TERRA, TERRA E TERRITÓRIO! COMO DAR MATERIALIDADE A POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCADORAS E AMBIENTALISTAS COM ISTO COMPROMETIDAS?

Promover o diálogo sobre o que é o Bem Viver e para onde e como se quer caminhar. Promover o questionamento das necessidades materiais simbólicas e a compreensão profunda, por meio do diálogo, sobre o que é educação e como ela deve e pode ser ambiental, independente de estarmos nas escolas, nas ruas, campos e construções, parafraseando o já cantado pelo poeta e músico Geraldo Vandré³.

²Situações cotidianas do tipo: comer apressadamente e sem questionamentos o *hotdog* com refrigerante, comprado de um vendedor cujo carrinho de produção e venda está instalado no meio do lixo nas ruas de uma grande cidade, ou problematizar o fato? Ouvir com gratidão o belo coral de uma Universidade trazendo o canto de um povo nativo do Brasil, sobre o namorar, mas ignorar a realidade desses povos e a extinção de suas línguas originais, os cortes de verba da educação que podem levar ao fim do coral, a situação de vulnerabilidade de povos tradicionais e de outros atingidos, marginalizados, massacrados, excluídos, pelo modo hegemônico de produção e consumo, ou posicionar-se em relação a isto tudo?

³ Alusão à música “Pra não dizer que não falei das flores”, composta em 1968 por Geraldo Vandré.

Todas as políticas de educação podem e precisam ser ambientais. Todas as políticas ambientais precisam e podem ser educadoras. Elas não podem se limitar às escolas ou às crianças, por mais que seja importante enfatizar a sua importância – das crianças e das escolas – para a construção de um futuro melhor. Uma educação comprometida com o território, com a terra e com a Terra necessita incidir em valores e na cultura, promovendo mudanças culturais. Elas, as políticas de EA, precisam ser:

1. Permanentes, continuadas, articuladas e com a totalidade;
2. Pactuadas e implantadas de forma participativa, dialógica, avaliativa e pesquisante;
3. Voltadas à superar a degradação ambiental, mas também todas as formas de degradação social e humana;
4. Transversais - intrínsecas às distintas áreas e temas da gestão ambiental, da educação, da saúde, da mobilidade urbana, do saneamento ambiental, dos resíduos sólidos e todas as demais áreas que dizem respeito ao desenvolvimento humano e à conservação da biodiversidade;
5. Reflexivas e praxiológicas, críticas e contextualizadas;
6. Indutoras do aprendizado político do diálogo a partir do cotidiano;
7. Estruturadas nas três dimensões do conceito de política explicitado por Frey (2000) e na quarta explicitada por Biasoli (2015): *polity* (arcabouço institucional); *policy* (normas legais); *politics* (arenas de diálogo para a sua formulação, implantação e avaliação); e das relações interpessoais e subjetivas, que pode estar presente na terceira, mas que precisa ser enunciada como uma dimensão a mobilizar cuidados constantes;
8. Voltadas às mudanças mais profundas nos seres humanos, promovendo valores espirituais profundos - espiritualidade laica, comprometida com os cuidados com a Vida.

Portanto, a formulação e implantação de políticas públicas de EA voltadas a promover “uma nova cultura da Terra, terra e território”, precisa da compreensão da cadeia de nexos relacionais que vão da filosofia à pedagogia, passando pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento de pesquisas e tecnologias específicas às problemáticas envolvidas. Elas precisam ser/ter:

1. Capilaridade, enraizando-se em todo o tecido social;
2. Municipalistas ou localistas e ao mesmo tempo altermundialistas - estes conceitos, na concepção dos autores do presente texto, expressam a perspectiva do local e do global interligados de forma democrática e inclusiva, fortalecendo valores espiritualistas (não materialista e não idealista), socialistas autogestionários e libertários, conforme foi explicitado brevemente no início deste artigo. Devem ser aprofundados a partir dos estudos/reflexões individuais e coletivos, para cada pessoa e grupo social saber para onde deseja caminhar;
3. Exercício constante de busca por ser sustentável na perspectiva socioambiental ou de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis;
4. Efetivas, utilizando-se de instrumentos como: a) normas legais; b) programas e subprogramas destinados para cada território ao qual é concebida participativamente com todos os seus sujeitos; c) fontes de financiamento – fundos públicos, estatais e não estatais, previsão nos planos plurianuais (PPA) e nas leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e orçamentárias anuais (LOA), por exemplo; d) estrutura própria no organograma das instituições executivas, com pessoal alocado e orçamento definido para dar conta do previsto nos programas e subprogramas; e) instâncias de participação, representação e tomada de decisão – assembleias, conselhos, fóruns abertos, dentre outros; f) mecanismos de coleta e armazenamento de dados sobre o estado da arte, de acesso a e intercâmbio de informações e de educomunicação; g) estratégias de capilarização da EA em todo o tecido social, de formação de formadores e de aproximação dialógica de forças instituídas e instituintes para pactuarem projetos político pedagógicos territoriais; h) projetos temáticos específicos para as distintas realidades;
5. Incidência junto aos distintos parceiros, níveis e esferas de poder, setores de governo e da sociedade e junto à população em geral – escolas, instituições de educação superior (ou apenas de ensino superior), movimentos sociais, organizações não governamentais, empresas, meios de comunicação, igrejas, associações de moradores, esportivas e tantas outras;
6. Estratégias de monitoramento e avaliação, com a pactuação prévia e incremental de indicadores;

7. Fomentadoras do fazer político e da concepção de política para além da institucionalizada em partidos e representações. Combater a política pública da mentira que propagandeia querer acabar com a política e as políticas públicas. O maior prejuízo, “o golpe de morte”, que pode haver para as políticas públicas de EA é a falsidade da enunciação daqueles que são contra a política e acabam implementando uma estratégia política de acabar com a política e manter apenas os seus poderes;
8. Outras características dialogadas, priorizadas e pactuadas por seus distintos atores. É constante a lembrança sobre um dos maiores males das políticas públicas que é a sua descontinuidade ou a sua concepção como política de governo, que muda a cada governo e não como política de Estado e muito menos como política de sociedade. Como enfrentar isto? Ou, como enfrentar a competição “imbecil” entre diferentes atores responsáveis pela implementação de políticas públicas, levando ao desperdício de recursos e à saturação da sociedade? Ou ainda, como romper com as “caixinhas setoriais” de atuação, quando a base da sociedade para as quais as políticas setoriais se destinam é uma única?

Por fim, um exemplo, como exercício para auxiliar na materialização do acima exposto. Uma proposta para um estado brasileiro que deseja implantar uma política pública de EA.

CAPILARIZANDO A EA

Um estado do Brasil, com 144 municípios distribuídos em 12 regiões administrativas, pretende descentralizar a sua política ambiental, para cada município realizar o licenciamento e a fiscalização de atividades potencialmente causadoras de impactos socioambientais e também planejar e realizar iniciativas de EA. Como é que o processo de descentralização da gestão ambiental a ser promovido pelo estado pode ser educador ambientalista, na perspectiva apontada por este artigo?

Primeiramente, tomando a decisão de descentralização fundamentada no diálogo entre a direção maior do executivo estadual, incluindo a secretaria de meio ambiente e outras afins, o legislativo e representantes de instituições parceiras. Em seguida, dando ampla visibilidade para toda a sociedade. A pactuação resultante deste diálogo deve expressar a força da iniciativa, suas potencialidades, as suas fraquezas, bem como as

oportunidades e ameaças que a aguardam e uma estratégia incremental e articulada (COSTA, 1986) como proposta para a sua implantação.

Como fazer isto, quando todos estão sempre muito ocupados e dispersos em suas agendas específicas? Tomando tal decisão entre governador(a) e dirigente que se responsabilizará por coordenar o processo. Em seguida, convocando todo o secretariado e dirigentes de instituições de governo relacionadas à temática, para informar, ouvir sugestões e solicitar a indicação de um nome ou equipe de referência em cada secretaria e órgão coligado. Nestes diálogos é essencial a compreensão sobre para onde se deseja caminhar e para tanto é importante que os participantes possam expressar seus sonhos e receios e depois suas propostas e compromissos.

Aqui já se exemplifica a importância de cada participante associar seus sonhos de um mundo melhor, de “bem viver”, com a implantação de uma proposta voltada ao empoderamento da base da sociedade. Todos, educandos/educadores, percebendo e assumindo a educação ambiental e a gestão participativa como uma grande oportunidade de (auto)formação para os cuidados com a vida.

A Comissão Interinstitucional de EA (BRASIL, 2005) do estado deve se apoderar desse desafio e pode ser a principal responsável por promover o processo de capilarização/descentralização da proposta, no que tange ao campo da EA, preferencialmente de forma articulada com os demais atores responsáveis pela temática do licenciamento e fiscalização.

Para fins didáticos pode-se supor 12 municípios em cada região administrativa e o desafio de formar 5 pessoas por município. Portanto, serão realizados 12 processos formadores com 60 participantes de cada região. Certamente esses números podem variar em função do tamanho da população e do número de municípios de cada região, mas o foco é deflagrar-se um processo de formação de formadores(as) (BRASIL, 2006) voltado ao fortalecimento/descentralização da potência do estado promover EA, por meio de um conjunto de 720 pessoas (cidadãs/técnicas) que se comprometam a editar/multiplicar tal processo em cada município.

Ou melhor, o processo de formação de formadores se inicia antes, com a formação dos formadores desses 720 participantes dos municípios. A partir da decisão dos dirigentes, já compreendida como uma oportunidade educadora/dialógica de formação “do coração do governo” implanta-se uma oficina de formação dos educadores que serão responsáveis por elaborar a proposta de processo formador dos participantes de cada município.

O ciclo, da filosofia à pedagogia, passando pelas políticas públicas e pelos conhecimentos científicos, técnicos e populares específicos para responder às demandas e necessidades de cada região, precisa ser decodificado em atividades “curriculares”. Ou seja, é preciso preparar o processo formador e ao prepará-lo as pessoas envolvidas já estarão também se formando.

O foco do processo formador é preparar esse conjunto de 60 participantes de cada regional para eles se apoderarem da missão de promover processos educadores ambientalistas permanentes e continuados, articulados e com a totalidade dos/das municípios daquela região. Atuarem na formação de um conjunto maior de pessoas e instituições aliadas nessa missão, para que seja possível a elaboração de um projeto político pedagógico participativo do município focado na sustentabilidade socioambiental e no bem viver para todos.

A escolha dos participantes e a definição do processo formador são os momentos cruciais desta proposta e exigem uma boa preparação da equipe coordenadora de todo o processo. Maiores detalhes sobre a fundamentação desta proposta e como a construir podem ser encontrados nas publicações da Oca (SORRENTINO et al, 2013; ALVES et al. 2016; OCA, 2016a; OCA, 2016b) e em algumas publicações do Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil (FERRARO-JUNIOR, 2005; FERRARO-JUNIOR, 2007; FERRARO-JUNIOR, 2013; BRASIL, 2006; BRANDÃO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manter a capacidade de suporte à vida, oferecida pelos sistemas naturais da Terra, possibilitando o pleno desenvolvimento dos seres humanos e das demais formas de vida com as quais compartilhamos este pequeno Planeta, é o grande desafio para a educação ambiental e para todos os sistemas de gestão do meio ambiente.

Compreender a gravidade da crise socioambiental atual, local, nacional e planetária, exemplificada nas mudanças climáticas, na erosão da biodiversidade e no esgotamento ou degradação de bens naturais e acima de tudo na permanência de iniquidades nas sociedades humanas, desveladas pela não resolução de questões básicas como as da soberania alimentar e do acesso à terra, teto e trabalho para todos, ou pelas distintas formas de violência e opressão entre pessoas e destas com as demais espécies, exige a análise crítica sobre as suas causas.

O presente artigo buscou alinhar elementos que contribuam para análises não imobilizadoras, incentivando seus leitores e leitoras a se envolverem com processos de

formulação, implantação e avaliação de políticas públicas capazes de contribuir para deter a degradação e construir um irresistível desejo de mudanças culturais em direção à sustentabilidade socioambiental. Políticas que se constroem a partir do cotidiano de todas as pessoas, entre elas e com o ambiente. Como disse Mário de Andrade na epígrafe deste texto “o essencial faz a vida valer a pena”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver** – uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

ALVES, D. M. G.; ANDRADE, D. F.; BARBOSA, C. et al. Em Busca da Sustentabilidade Educadora Ambientalista. **Ambientalmente Sustentable**, v.1, n. 9-10, p. 7 - 35, 2010.

ALVES, D. M. G.; SORRENTINO, M. A temática da felicidade e a busca de indicadores de sustentabilidade socioambiental. In: SORRENTINO, M. et al (Orgs). **Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivências**, p. 191 -202. Curitiba, Appris, 2013a

_____. Felicidade e espiritualidade na educação ambiental sob um olhar transdisciplinar. In: SORRENTINO, M. et al (Orgs). **Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos, Fundamentos e Vivência**, p. 203 - 214. Curitiba, Appris, 2013b

ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. Estratégias. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3ª ed. Joinville: Univille, 2004.

ANDRADE, D. F.; LUCA, A. Q.; CASTELLANO, M.; RISSATO, C.G.; SORRENTINO, M. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em educação ambiental no Brasil. **Ciência em Educação**, Bauru, v. 20, n. 4, p. 817-832, 2014.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

_____. **Identidade** – entrevista à Benedito Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

BIASOLI, S. A. **Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa de uma política do cotidiano**. 2015. 226p. (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos** - Escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. 2a. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BUBER, M. **Eu e Tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. 10ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental** (ProNEA) – marcos legais e normativos. 5ª ed. Brasília: MMA- órgão gestor da PNEA. 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Pronea_final_2.pdf. Acesso em 26 de junho de 2019.

_____. **Sobre o Programa de Formação de Educadores Ambientais** (ProFEA). Brasília: MMA- órgão gestor da PNEA. 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/dt_08.pdf. Acesso em 20 de abril de 2019.

_____. CIEAs - Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental. Serie **Documentos Técnicos – 1. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2005.

COSTA, L. R. F da. Estratégias de Planejamento. In **Ciência e Cultura**, v.38, n.8,. São Paulo: SBPC, 1986

FERRARO- JUNIOR, L. A. (org). **Encontros e caminhos** – formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Volume 1. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

_____. (org). **Encontros e caminhos** – formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Volume 2. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2007.

_____. (org). **Encontros e caminhos** – formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Volume 3. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática docente. 51ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, nº 21, p. 211- 259, jun. 2000.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2019.

GARAUDY, R. **Apelo aos Vivos**. Trad. H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

IHU, online. Editorial **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, 2010

ILO. Mr TURKSON, Cardinal, Prefect of the Dicastery for Promoting Integral Human Development, Representative of the Holy See. 18/06/2019. **108th ILC Representatives**. Disponível em: <https://ilo.cetc.stream/2019/06/18/mr-turkson-cardinal-prefect-of-the-dicastery-for-promoting-integral-human-development-representative-of-the-holy-see/>. Acesso em 25 de junho de 2019.

LIPOVETSKY, G.A **Felicidade Paradoxal**: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTESQUIEU, C. L. de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores - Montesquieu.

NEPOMUCENO, T. C. **Educação ambiental e espiritualidade laica: horizontes de um diálogo iniciático**. 2015. 348 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo 2015.

OCA - Laboratório de educação e política ambiental - ESALQ-USP. O "método Oca" de educação ambiental: fundamentos e estrutura incremental. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO**. Revista de Educação Ambiental Dossiê Temático Fundamentos da Educação Ambiental, v. 21, n. 1, 2016. p. 75-93. 2016a. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6012>. Acesso em 26 e junho de 2019.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Universidade de São Paulo – USP. Piracicaba. 2016b. Disponível em: <https://ocaesalq.files.wordpress.com/2013/07/projeto-polc3adtico-pedagc3b3gico-ppp-oca-2016.pdf>. Acesso em: 9 de junho de 2018.

RUSSELL, B. **A conquista da felicidade**. 5ª ed. Trad. Luiz Guerra. São Paulo: Nova Fronteira, 2017.

SOMMER, R. **A conscientização do design – o papel do arquiteto**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SORRENTINO, M. Mudanças Climáticas, Vulnerabilidade Socioambiental, Refúgio e Educação Ambiental. **Ideias e Ações 2019: Modos de Viver Sustentáveis**. São Paulo: Sesc/SP, 2019.

SORRENTINO et al, (org). Educação Ambiental e Políticas Públicas: Conceitos e Fundamentos e Vivências. Curitiba: Appris, 2013.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

TASSARA, E.; ARDANS, O. Intervenção psicossocial. In: FERRARO- JÚNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, p. 201-216.

(Recebido em julho de 2019; aceito em julho de 2019)